



A FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE (PB) E O CAMPO DO PATRIMÔNIO: disputas por espaço e legitimidade.

PEREGRINO, LUCAS N. (1); BATISTA, MÉRCIA R. R. (2)

1. Universidade Federal de Campina Grande. Mestrando. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Rua Osiris de Belli, 235, apto. 301. Cabo Branco. João Pessoa/PB. CEP 58045-200
neivapergrino@gmail.com

2. Universidade Federal de Campina Grande. Doutora em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Avenida Aprígio Veloso, 882. Bodocongó. Campina Grande/PB. Unidade Acadêmica de Ciências Sociais.
mercia.batista1@gmail.com

Em torno da Feira Central de Campina Grande (PB), instaura-se um discurso sobre a origem da cidade e sobre a sua vocação originária. A cidade é dita como tendo nascido a partir desse ponto central, permitindo aos tropeiros da Borborema um local fértil para o seu comércio. Para além da legislação brasileira, a Feira Central de Campina Grande é percebida enquanto um patrimônio, uma referência cultural, mesmo não tendo recebido (ainda) o título de Patrimônio Cultural do Brasil, uma vez que para isso necessita-se respeitar o ritual de patrimonialização descrito pela lei. Sabemos que esse campo excede em muito o simples cumprimento legal de um processo e que diversas questões envolvem-se na constituição e realização deste objeto enquanto patrimônio cultural imaterial ou material, o que motivou a pesquisa que se apresenta nessa comunicação. Destacamos nesse cenário questões relacionadas à especulação imobiliária e, desta forma, aos interesses privados que se sobressaem ao direito difuso de preservação patrimonial; questões relacionadas a disputa de poder e de capital social entre as diversas instituições que fazem parte deste campo de ação; questões relacionadas a própria gestão de políticas públicas, uma vez que a patrimonialização do bem restringe a ação material dos particulares e do próprio Estado; dentre tantas outras problemáticas. Partindo de uma leitura bourdieusiana de campo, estamos desenvolvendo a pesquisa de dissertação de mestrado refletindo sobre o campo do patrimônio a partir da experiência de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande, que teve seu pedido de registro feito em 2007, e que até este momento não teve o processo legal concluído, gerando consequências para a conservação e fomento da cultura local. O nosso objetivo principal é analisar o caso da Feira Central apontando a complexidade do processo de patrimonialização para além de uma visão meramente legalista que vê o registro como um processo material que se concretiza em atos consecutivos. Ao contrário, percebe-se que o caso estudado exemplifica a fragilidade desta visão. A patrimonialização é um espaço onde diversos processos políticos acontecem. Metodologicamente utilizamos a técnica da observação, além das entrevistas com os diferentes participantes do campo envolvidos no processo de patrimonialização, como também em fontes secundárias (documentos históricos, aparato jurídico, além das fontes jornalísticas e acadêmicas) que estruturam o campo.

Palavras-chave: Feira, Campo do Patrimônio, Disputas políticas.

Introdução

No atual contexto de discussão sobre o patrimônio cultural devemos levar em conta a polifonia que esta expressão nos remete, uma vez que diversos grupos o empregam de acordo com suas práticas. Por outro lado, deve-se ressaltar que a partir da década de 1980 a ampliação da noção institucionalizada de patrimônio insere no campo novos agentes, novos bens culturais, interesses, conflitos, discursos, etc. Portanto, a cultura popular, o folclore, os costumes, as tradições populares, agora incluídos na categoria “patrimônio”, trazem consigo o cotidiano de diversos agentes que eram excluídos pela perspectiva “erudita” do “SPHAN de Rodrigo”¹. Neste sentido, alguns fatos atuais podem ser usados como base para estudarmos o campo do patrimônio e as relações sociais que acontecem nele.

Campo é uma categoria corriqueiramente utilizada nas ciências sociais principalmente com dois objetivos diferentes. Nas etnografias essa categoria é usada para indicar o local da pesquisa, ou para posicionar o pesquisador em uma das etapas da pesquisa científica, por isso fala-se de “trabalho de campo”. A outra forma de utilizar é a partir da noção bourdieusiana de campo, isto é, um espaço social para além do apenas fisicamente possível, estruturado por posições – ocupadas por agentes e instituições que disputam poder –, “leis, procedimentos e rituais bastantes específicos, e costumam ser conduzidos por agentes com um perfil intelectual definido” (BOURDIEU apud FONSECA, 2009, p. 22).

Portanto o nosso trabalho tem como foco o campo (bourdieusiano) do patrimônio cultural – agora em diante denominado apenas de “campo do patrimônio”. Neste sentido Bourdieu descreve que “Para que um campo funcione, é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas do habitus que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Estas “paradas em jogos” são entendidas como objetos de disputas.

Este trabalho tem como base as pesquisas em fase de desenvolvimento do Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande. Neste trabalho o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande se constitui como um daqueles casos onde os diversos interesses, agentes, instituições, ações e eventos ligados a ele formam uma espécie de mosaico que se apresenta para uma análise da complexidade deste campo e de questões mais amplas relacionadas as disputas por poder. O nosso objetivo principal é analisar o caso da Feira Central apontando a complexidade do processo de patrimonialização para além de uma visão meramente legalista que vê o registro como um processo material que se concretiza em atos consecutivos. Ao contrário, percebe-se que o

¹ Alusão a chamada Fase Heroica do IPHAN, que teve como dirigente Rodrigo Melo, de 1937 até 1967.

caso estudado exemplifica a fragilidade desta visão. A patrimonialização é um espaço onde diversos processos políticos acontecem.

A Feira nasce com a cidade

A Feira Central de Campina Grande é parte da cultura dessa cidade e diz respeito a sua origem e sua atualidade. O discurso sobre a origem da cidade remete a figura dos índios, primeiros habitantes da região; aos tropeiros que propiciaram o início da cidade, como rota de comércio; e a catadora de algodão, responsável pelo desenvolvimento econômico da cidade.

Imagem 1 - Monumento "Os Pioneiros da Borborema"



Foto: autor desconhecido. Monumento "Os Pioneiros da Borborema" do artista Abelardo da Hora, inaugurada em 1964, homenageando os 100 anos da cidade de Campina Grande. Representa o índio, a catadora de algodão e o tropeiro. Fonte: http://2.bp.blogspot.com/-T_4jua1BcCI/Tpys0kbz3pl/AAAAAAAAAB4E/hLDDvdD273Q/s1600/DSC02752.JPG

É dito, nestes discursos, que a cidade de Campina Grande nasce em virtude de sua posição estratégica, local de passagem dos tropeiros que percorriam o interior do país, contudo antes disso, ainda no século XVII, já existia um aldeamento de índios Cariris (FERREIRA, 2012). A imagem dos tropeiros é associada ao mito destes personagens como fundadores da cidade e é objetificada a partir de dois monumentos construídos na cidade,

localizados às margens do Açude Velho. No século XX, Campina Grande passou a ser uma das maiores produtoras de algodão do mundo, atrás da cidade de Liverpool, na Inglaterra.

A imagem dos tropeiros, como responsáveis pelo transporte de mercadorias e, assim, pelo desenvolvimento do comércio é fundamental para entender o nascimento da cidade de Campina Grande simultaneamente a origem da Feira de Campina Grande. Assim, a imagem da feira central é atrelada a origem da própria cidade.

A Feira Central de Campina Grande é chamada assim por estar no centro da cidade. Contudo nem sempre ela funcionou no mesmo local. Segundo Costa (2003) a feira principal e única de Campina Grande funcionou em diversas ruas. Mas sempre foi o local onde trocas materiais e simbólicas aconteciam; onde técnicas arcaicas se encontravam com a tecnologia; onde a praça de mercado se transformaria nos dias de hoje em um conjunto de supermercados, que crescem contiguamente à feira livre; onde, atualmente, a prostituição, uso e tráfico de drogas, comércio de objetos roubados e outras práticas consideradas desviantes se reproduzem; onde o feirante que possui apenas uma barraca há décadas divide o espaço com um comerciante/empresário que é dono de um “conglomerado” de dezenas de barracas; onde a cidade nasceu e onde a cidade se reproduz.

Percebe-se que a feira possui referência à cultura de Campina Grande. Outro exemplo disso é que a feira central foi um dos locais onde a Revolta de Quebra-Quilos aconteceu em 1874/1875 e a Revolta do Rasga Vales, em 1895. Destacamos a revolta de Quebra Quilos, foi uma revolta popular que teve como estopim a imposição do “Sistema Métrico Francês, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas no Brasil” (LIMA, 2009, p. 1). A população revoltada com esta imposição, com a quantidade de impostos e com a falta de importância que a Coroa dava a região, vai até as feiras e quebra os instrumentos de medição, por isso o nome “quebra-quilos”. Além disso, se dirigem “para outros estabelecimentos comerciais fazendo o mesmo, invadiram as coletorias, Câmaras Municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas e etc.” (LIMA, 2009, p. 1). A revolta se expande para as províncias vizinhas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Acontecimentos diversos estão marcados na história da região. Além da história, o cotidiano da feira é observado por quem a visita: a explosão de cores, de interações, de interesses, de disputas por espaço e por trocas é metaforizada também pelo mosaico – peça formada pela junção de uma multiplicidade de pequenas peças.

As feiras livres além de presentes no dia a dia das populações urbanas, estão imortalizadas nos registros fotográficos e musicais. Como por exemplo na música de Onildo Almeida, “Feira de Caruaru”, de 1957, popularizada na voz de Luiz Gonzaga:

Feira de Caruaru (Onildo Almeida)

A Feira de Caruaru,
Faz gosto a gente vê.

De tudo que há no mundo,
Nela tem pra vendê,
Na feira de Caruaru.

Tem massa de mandioca,
Batata assada, tem ovo cru,
Banana, laranja, manga,
Batata, doce, queijo e caju,
Cenoura, jabuticaba,
Guiné, galinha, pato e peru,
Tem bode, carneiro, porco,
Se duvidá... inté cururu.

Tem cesto, balaio, corda,
Tamanco, gréia, tem cuêi-tatu,
Tem fumo, tem tabaqueiro,
Feito de chifre de boi zebu,
Caneco acuvitêro,
Penêra boa e mé de uruçú,
Tem carça de arvorada,

Que é pra matuto não andá nú.

Tem rêde, tem balieira,
Mode minino caçá nambu,
Maxixe, cebola verde,
Tomate, cuento, couve e chuchu,
Armoço feito nas torda,
Pirão mixido que nem angu,
Mubia de tamburête,
Feita do tronco do mulungú.

Tem loiça, tem ferro véio,
Sorvete de raspa que faz jaú,
Gelada, cardo de cana,
Fruta de paima e mandacaru.
Bunecos de Vitalino,
Que são conhecidos inté no Sul,
De tudo que há no mundo,
Tem na Feira de Caruaru.

Interessante perceber como esta, dentre tantas outras músicas sobre feiras descrevem bem o mosaico destes lugares: os objetos, as pessoas, as formas de se falar, as expressões populares, a culinária, o artesanato, etc. Outra música conhecida “Feira de Mangaio”, letra composta por Glorinha Gadelha e arranjo de Sivuca também retrata um exemplo de feira livre.

O mangaio é um objeto utilizado para se transportar carga, composto por uma vara que é apoiada no ombro do mangaeiro (pessoa que transportava o material) e com dois cestos (ou balaio) em cada ponta da vara amarrados por cordas. Os mangaeiros montavam as feiras pelas cidades a partir de um local combinado ou, como já dito anteriormente no exemplo da feira de Campina Grande, imposto pelas autoridades da cidade.

As diversas peças do mosaico são coladas pelo imaginário popular e artístico, mas, também, pela ciência, através da história, geografia, sociologia, antropologia, arquitetura, entre outras. É farto o material sobre a feira, ainda assim não é suficiente para chegar a

exaustão das descrições possíveis. Este conjunto de representações das feiras livres e, mais especificamente da Feira Central de Campina Grande fundamentam os requisitos para que esta receba o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Feira de Magaio (Glorinha Gadelha e Sivuca)

Fumo de rolo, arreio de cangalha	Farinha, rapadura e graviola
Eu tenho pra vender, quem quer comprar	Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho, broa e cocada	Pavio de candeeiro, panela de barro
Eu tenho pra vender, quem quer comprar	Menino vou me embora, tenho que voltar
Pé de moleque, alecrim, canela	Xaxar o meu roçado que nem boi de carro
Moleque sai daqui me deixa trabalhar	Alpargata de arrasto não quer me levar
E Zé saiu correndo pra feira dos pássaros	Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua, fazendo floreio pra gente dançar
E foi pássaro voando pra todo lugar	
Tinha uma vendinha no canto da rua, onde o mangaieiro ia se animar	Tem Zefa de Purcina fazendo renda, e o ronco do fole sem parar
Tomar uma bicada com lambú assado, e olhar pra Maria do Joá	Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua, fazendo floreio pra gente dançar
Tinha uma vendinha no canto da rua, onde o mangaieiro ia se animar	Tem Zefa de Purcina fazendo renda, e o ronco do fole sem parar
Tomar uma bicada com lambú assado, e olhar pra Maria do Joá	
Cabresto de cavalo e rabichola	
Eu tenho pra vender, quem quer comprar	

Se a feira já se apresenta como um patrimônio independente de seu registro, podemos nos perguntar qual a necessidade do mesmo. Uma das consequências mais diretas da patrimonialização diz respeito a visibilidade do bem que – quando registrado ou tombado – recebe um título legitimado por um campo de conhecimento legítimo, passando a adentrar em um mercado de consumo cultural. Ademais o bem que é propagandeado como um patrimônio nacional ou local e, assim adentra no mercado de consumo com um fator diferenciado perante outros bens culturais não-patrimonializados, ganha mais condições de concorrer a investimentos públicos e privados.

Devemos lembrar que essas não são as únicas consequências. O empoderamento da comunidade local, que ao ter sua autoestima aumentada, ao falar do “seu” patrimônio, passa a exercer direitos e deveres que antes estariam enfraquecidos. O que Lima Filho (2015)

chama de “cidadania patrimonial” traz consigo também o empoderamento da população beneficiada, tanto em termos de aceitação como de negação do que é patrimônio.

A Feira Central de Campina Grande, feira livre, está ligada a fundação da cidade de Campina Grande, segunda maior cidade da Paraíba, com mais de 400.000 habitantes (IBGE, 2016). A Feira Central, localiza-se no centro da cidade e ocupa atualmente uma área de 75.000 m² distribuídos por nove ruas (ARAÚJO, 2013). Ela preenche os requisitos necessários para receber o título de patrimônio cultural brasileiro, como é indicado na Constituição Federal, artigo 216 e no Decreto Lei 3551/2000. Contudo, o seu processo de registro, iniciado em 2007 a pedido da prefeitura de Campina Grande, está em andamento há praticamente dez anos, resistindo a dois projetos de revitalização, que não saíram do papel: o registro foi arquivado na gestão do prefeito Veneziano (2009-2012) e desarquivado na do prefeito Romero Rodrigues (2012-2015).

Imagem 2 – Feira Central de Campina Grande



Foto: Fabiano Melo (2013). Mercado Central da Feira Central e barracas que ocupam o Largo do Pau do Meio. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.165/5125>

A importância da feira para os cidadãos campinenses é percebida pelos políticos locais, que se apropriam dela em seus discursos e programas políticos. Ainda no século XIX, quando o galpão principal da feira central não tinha sido construído onde hoje funciona a Feira, ela funcionava próxima a Igreja Matriz, no Largo Matriz, se mudando quando da construção de uma nova estrutura: alpendrada da feira, mercado de cereais de Baltazar Luna, etc. (COSTA, 2003).

Em 1864 o comerciante Alexandrino Cavalcante de Albuquerque ao construir novo mercado, em local de passagem, diferente do Largo Matriz, consegue modificar o local da

feira, gerando intriga com Baltazar Luna, representante do partido liberal (oposto ao partido conservador). Segundo Costa (2003) é aí que se iniciam as disputas de poder em torno da Feira². Após idas e vindas, destes dois locais, que variava de acordo com a permanência no poder de liberais ou conservadores, é que, em 1941, constrói-se o Mercado Central. Desde então, os políticos locais sempre trouxeram em seus discursos e programas políticos intervenções na Feira Central, demonstrando a “preocupação” com este bem: buscando impor organização, higiene, tributos, e ordem para o comércio e trânsito em seu entorno.

A Feira e o Campo

Em virtude da diversidade de interesses e indivíduos e a falta de cooperação entre os envolvidos no processo de registro, este caminha devagar. Em 31 de Agosto de 2007 o prefeito Veneziano, a partir da Secretaria de Cultura do Município, pede por meio do Ofício Nº 241/GP/2007, o registro da Feira Central de Campina Grande. Em 2009 a Prefeitura assina termo de compromisso com IPHAN se comprometendo a dar continuidade as pesquisas e aplicar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) na Feira Central. Na instrução normativa (Instrução Normativa nº1 de 2009) do IPHAN que autoriza outras entidades a aplicar o INRC, estabelece a revogação da autorização no descumprimento de prazos. Este motivo associado ao fato do governo municipal ter iniciado obras de requalificação da feira que o processo de registro é arquivado.

Na medida em que estudamos o campo do patrimônio percebemos como ele se constrói como uma arena onde os agentes culturais, as instituições governamentais e não-governamentais disputam espaço e poder a partir de suas ações. O caso do registro da Feira Central de Campina Grande demonstra que o processo de patrimonialização é tido como um processo político: “Processos por meio dos quais indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores” (BARNES, 1987, p. 160).

Das diversas intervenções que foram feitas, ressaltamos os recentes projetos de revitalização da Feira Central. Nestes o IPHAN e alguns agentes envolvidos com o campo do patrimônio, incluindo feirantes e usuários, encamparam movimento contrário, por motivo dos projetos não terem participação da comunidade local e serem muito invasivos.

² Vale ressaltar que, neste primeiro momento, as disputas de poder eram em virtude da localização da feira, o que trazia capital social e financeiro ao comerciante.

Os recentes projetos foram feitos na gestão de Veneziano Vital (2005-2008 e 2009-2012) e Romero Rodrigues (2013-2016 e 2017), indivíduos que estão incluídos no contexto político paraibano atual, que se caracteriza pela disputa entre dois principais grupos políticos: o PMDB (Partido do Movimento Democrático do Brasil) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). De um lado o PMDB de José Maranhão e de outro o PSDB de Cássio Cunha Lima. Até 1998 os dois políticos faziam parte do mesmo partido, contudo neste ano ocorre o “racha do PMDB”: entre Ronaldo Cunha Lima (pai de Cássio) e José Maranhão.

O PMDB é hoje representado, na cidade de Campina Grande, por Veneziano Vital, que se manteve na prefeitura durante dois mandatos, possuindo um discurso e um programa político de construir e reformar – alinhado com o discurso de José Maranhão, conhecido como “o Mestre de Obras”. Em seu segundo mandato de prefeito, com a ajuda de seu irmão Vitalzinho (atual ministro do Tribunal de Contas da União) e do então governador José Maranhão, faz a reforma da Feira da Prata, gastando mais 9 milhões de reais.

Segundo funcionário do IPHAN e de um arquiteto prestador de serviço da prefeitura, esta reforma não teve participação dos feirantes, o que até hoje geraria consequências para as atividades lá desenvolvidas. Em dia de feira diversos feirantes, que não foram incluídos no cadastro dos boxes de venda, construídos no interior do galpão, ocupam o entorno do mercado reformado: uma grande estrutura de metal (Imagem 3). A tentativa de organização cartesiana – que é a ideia de centralizar as atividades da feira para dentro do galpão – não funcionou muito bem. Antes a feira acontecia no mesmo local: as barracas eram cobertas com lonas ou, para quem não tinha barraca, distribuía as mercadorias no chão de terra batida.

Ainda em 2009, o mesmo prefeito inicia as obras de requalificação da Feira Central de Campina Grande, contudo o IPHAN consegue movimentar a máquina estatal e, em 2011, as obras são embargadas.

O Programa de Modernização de Feiras Livres e Mercados³ é executado na primeira gestão de Veneziano, requalificando a Feira da Prata que, como foi dito, trouxe diversos problemas para os feirantes. Este programa é iniciado na Feira Central sem anuência do IPHAN que é notificado dessas obras em 2009. A gestão de Veneziano ainda tenta contornar a situação desenvolvendo em novembro de 2009 uma oficina – Oficina Discutindo a Nova Feira Central, desenvolvido no dia 9 de novembro – para construção de um projeto da feira. Contudo as obras são embargadas e o registro é arquivado.

³ “ [...] visando o fortalecimento e manutenção das feiras livres, esse programa também tem como diretriz melhor organizar os espaços onde essas feiras se estruturam, melhorar a qualidade de vida dos feirantes e consumidores, elevar o padrão higiênico sanitário desses locais e, sobretudo, observar o feirante sob a condição de empreendedor [...]” (MURICY, 2009, p. 3).

Imagem 3 – A Nova Feira da Prata



Foto: Autor desconhecido. Nova Feira da Prata. Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/large/63116825.jpg>

O grupo político do PSDB é representado na Paraíba pela persona de Cássio Cunha Lima e, atualmente, pelo atual prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, seu primo. Este é defensor de um discurso desenvolvimentista e modernizador da cidade. Propõe com a ajuda de arquitetos inseridos no campo do patrimônio, uma requalificação na Feira Central em 2013. Diferentemente de Veneziano (ex-prefeito) busca legitimidade através dos órgãos de preservação, através de reuniões com os mesmos e, posteriormente, busca apoio da comunidade local, executando um evento de produção do projeto da feira aberto e participativo, que contou com a participação de feirantes, usuários, estudantes, agentes do patrimônio e pesquisadores. O evento intitulado como “Qual é a sua para Feira Central?” resultou em um projeto que passou por algumas plenárias com participação popular e dos órgãos de preservação, contudo não saiu do papel.

Quadro 1 – Prefeitos Campina Grande desde 1997⁴.

PERÍODO	PREFEITO	CANDIDATO OPOSIÇÃO ⁵
1997 – 2000	Cássio Cunha Lima - PMDB Vice: Lindaci Medeiros - PMDB	Enivaldo Ribeiro - PPB Vice: Vitalzinho - PDT
2001 – 2002	Cássio Cunha Lima - PSDB (renuncia para candidatar-se). Vice: Cozete Barbosa - PT	Enivaldo Ribeiro - PPB Vice: Álvaro Neto - PFL
2002 – 2004	Cozete Barbosa - PT	

⁴ Utilizamos esse ponto inicial para pensarmos o contexto político que se desenvolveu com o racha do PMDB (1998) até a atualidade.

⁵ Achamos importante destacar apenas o principal candidato de oposição para visualizarmos a divisão anteriormente destacada: PMDB/PSDB.

2005-2008	Veneziano - PMDB Vice: José Luiz Júnior - PMDB	Rômulo Gouveia - PSDB Vice: Daniella Ribeiro (PP)
2009-2012	Veneziano - PMDB Vice: José Luiz Júnior - PSC	Rômulo Gouveia - PSDB Vice: Lígia Feliciano - PDT
2013-2016	Romero Rodrigues - PSDB Vice: Ronaldo Filho - PSDB	Tatiana Medeiros - PMDB Vice: Bruno Roberto - PR
2017	Romero Rodrigues - PSDB Vice: Enivaldo Ribeiro - PP	Veneziano - PMDB Vice: Filipe Gaudêncio - DEM

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>.

Estas tentativas de revitalização associadas a outros eventos, como o processo de registro da feira são apenas alguns dos indicadores que demonstram que o campo do patrimônio cultural alcança uma rede de agentes com perfil social e econômico bastante diversificado. Isto porque os interesses envolvidos em um processo de patrimonialização (tombamento ou registro) podem atingir desde o líder de um grupo tradicional de dança popular que mora numa periferia e recebe o bolsa família como sua única fonte de renda ao grande empresário ou político detentor de um rendimento anual milionário.

Imagem 4 – Projeto de Requalificação da Feira Central feira na gestão de Romero Rodrigues



Projeto desenvolvido pela SEPLAN/PMCG em virtude da Oficina de Projeto Participativo: “Qual é sua ideia para a feira de Campina Grande?”.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.165/5125>

Além da diversidade incluída no campo do patrimônio, a legislação que o abarca é bastante abrangente, incluindo a Constituição Federal, Decretos-Leis, Leis Federais e Estaduais e instruções normativas dos órgãos envolvidos. Como já citado a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por exemplo, inclui o patrimônio cultural como um

direito cultural, fazendo ampla referência aos diversos grupos sociais que formam a nação brasileira.

O campo jurídico

O art. 46 da lei nº 378/37 cria o SPHAN “com a finalidade de promover, em todo o País [sic] e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico [sic] e artístico nacional” (BRASIL, 1937A). No mesmo ano é publicado o Decreto-Lei nº 25/1937, organizando a proteção do patrimônio, conceituando e criando o primeiro instrumento nacional de técnica jurídica de proteção ao patrimônio, o tombamento⁶. Em 1941 é publicado o Dec.-Lei 3.866/41 que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens em casos específicos e a partir do crivo do Conselho Consultivo e da homologação do Ministro da Cultura (Lei 6.292/75).

Na década de 1991, no governo de Fernando Collor de Melo, é criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), através da lei 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, que se destaca principalmente pela concessão de incentivos fiscais dado a empresas privadas⁷ que invistam em projetos culturais.

Ainda em seu aspecto legal podemos citar o Dec. nº 3.551/2000, que cria o segundo, mas não menos importante, instrumento nacional de proteção ao patrimônio cultural, o registro, além de instituir o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, “visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio” (BRASIL, 2000).

O Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001, é outro instrumento legal que está incluído no campo do patrimônio. Esta lei que estabelece como uma das diretrizes das políticas de desenvolvimento urbano a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001, art. 2º, XII).

Ainda ressaltamos a Lei 5.520/2005, que institui o Sistema Federal de Cultura (SFC), responsável por organizar e alinhar os programas e órgãos de ações culturais a nível Federal. O IPHAN é um dos órgãos que compõe o SFC, juntamente com Agência Nacional de Cinema (ANCINE), Fundação Biblioteca Nacional (BN), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB),

⁶ O art. 4º desta lei prevê: O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei [...] (BRASIL, 1937B, art. 4º, caput).

⁷ Vale ressaltar que o incentivo também pode ser dado a pessoa física.

Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)⁸.

O direito a preservação do patrimônio cultural é também considerado um direito difuso, isto é, quando “inexiste possibilidade de identificação dos titulares subjetivos do direito salvaguardado” (BREVIGLIERI & LIMA, 2017, p.110). Percebe-se assim como a legislação dá subsídio para a ampliação da noção de patrimônio. O surgimento dos direitos culturais e os direitos difusos estão intimamente relacionados com o surgimento dos modernos estados nacionais, forjados com base no Estado Democrático de Direito⁹.

Neste sentido a Constituição estabelece como uma das funções do Ministério Público a proteção do “patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (BRASIL, 1988, art. 129, III) o que é ratificado pela lei da Ação Civil Pública, Lei nº 7.347/85. Além disto, a mesma Constituição Federal garante, em seu art. 5º, inciso LXXIII, a qualquer cidadão brasileiro ingressar a Ação Popular com o objetivo de “anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe” (BRASIL, 1988, art. 5º, LXXIII) “o que certamente inclui o patrimônio, histórico e cultural” (BREVIGLIERI & LIMA, 2017, p. 113).

Considerações finais

De modo superficial já podemos identificar, a partir desta breve descrição, que indivíduos, jogos e interesses se manifestam no campo do patrimônio através de relações sociais restritas, mas que incluem o Direito, a economia e a política. Assim, vale ressaltar que neste trabalho o campo do patrimônio é percebido, como o espaço social onde as diversas instituições e agentes interessados pelo patrimônio cultural se relacionam, permanente ou temporariamente, disputando posições e poder em busca da concretização de seus interesses e projetos.

Para efeito de reflexão desenvolvemos um quadro com as principais atividades referentes ao processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande.

Quadro 2 - Eventos Relacionados ao Campo do Patrimônio em Campina Grande (2007 - 2013)

ANO	EVENTO
2007	Pedido de registro

⁸ O Ministério da Cultura, órgão central do SFC, pode incluir outros órgãos para integrar o SFC.

⁹ Que tem sua origem desde a Revolução Francesa (iniciada no século XVIII) com Estado Liberal, passando pelo início do século XX com o Estado Social – Welfare State (MORAES, 2014).

2009	Reforma da Feira da Prata – Recurso reunidos por Vitalzinho – Ministério do Turismo
2009	Início de revitalização – Veneziano. Sem AVISO ao IPHAN.
2010	Pedido de esclarecimento do IPHAN depois de denúncia de um cidadão
2010	Apresentação do projeto de revitalização – escritório de Brasília
2011	Obras de revitalização embargadas
2011	Realização de seminário com feirantes. Novos projetos.
2012	Informação Técnica (IPHAN) contrária ao projeto
2012	Arquivado pedido de registro
2013	Pedido de desarquivamento do registro – Gestão de Romero
2013	Compromisso de iniciar o INRC (inicia em outubro)
2013	Contratação de arquitetos locais para novo projeto de Requalificação
2013	Oficina de Projeto Participativo
2014	Informação técnica sobre o novo projeto – contrária aos aspectos materiais.
2015	Conclusão do INRC (outubro)
2016	Escrita do Dossiê (Secretaria de Cultura do Município)
2017	Avaliação/correção do Dossiê pelo IPHAN

O campo do patrimônio, portanto, não é local apenas para as instituições e agentes ligados especificamente ao patrimônio, como o IPHAN e os diversos institutos estaduais e municipais de preservação, mas também para instituições e agentes que passam por ele com o objetivo de acumular capital social ou financeiro, exercer seus direitos, cumprir papéis sociais, entre tantas atividades, que veem nesse campo oportunidades de se afirmarem perante a sociedade.

Ainda ressaltamos a problemática levantada por Pierre Nora sobre os “lugares de memória”. O projeto de requalificação foi deixado de lado depois de diversas entraves e o registro avança desde 2013, quando, coincidentemente, a requalificação foi “esquecida”¹⁰. A Feira Central sobrevive sob a suspeita de uma intervenção que nunca ocorreu e que depois de tantas promessas políticas, os próprios feirantes desacreditam nessa possibilidade. A Feira como um “lugar de memória” a posiciona acima das intervenções materiais. Para Pierre Nora (1993):

¹⁰ A memória se constitui menos de lembranças do que esquecimentos. Sobre isso Regina Abreu (2007) cita a Escola Sociológica Francesa representada por Maurice Halbwachs que “introduziu a questão de que em todas as sociedades, se verifica a dinâmica entre lembranças e esquecimentos, ou seja, de que todas as sociedades precisam lembrar-se de umas coisas e esquecer outras, tendo em vista a necessidade de atualização permanente de laços sociais” (ABREU, 2007, p. 263).

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração (p. 21).

Os lugares de memória estão para além da história e exprimem o “material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p.21). Assim a Feira apesar do material reveste-se de uma aura simbólica e é um objeto de ritual (NORA, 1993). Independente de intervenções materiais na Feira Central, o lugar está repleto de lembranças para além dos registros históricos. Destaca-se uma observação de Nora:

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p.22).

Não podemos concluir que o registro da Feira Central vem se procrastinando em virtude de causas estritamente políticas (mudança de gestão) ou pelo projeto de requalificação e suas implicações para implementação das políticas do IPHAN; contudo podemos examinar o campo a partir desses exemplos e perceber alguns dos diversos interesses e as disputas decorrentes destes processos políticos e mais especificamente do processo de patrimonialização da Feira Central. Assim, conseguiremos acrescentar reflexões sobre o campo do patrimônio.

Referências

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Requalificação espacial e elaboração de Inventário Imaterial: duas experiências em andamento na centenária Feira Central de Campina Grande – PB**. VI Congresso Internacional de História. 25 a 27 de setembro de 2013. ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2013>>. Acesso em 12 fev. 2017.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global, 1987.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

Bourdieu, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BURITI, Iranilson; BURITI, Catarina. **História da Paraíba: meu passado, meu presente**. Curitiba: Base Editorial, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 2 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em 2 mar. 2017.

BREVIGLIERI, Etienne Maria Bosco & LIMA, Matheus Carvalho Assumpção de. Proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico e o instituto do tombamento. **Quaestio Iuris**. vol. 10, nº. 01, Rio de Janeiro, 2017. pp. 95 -126. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/23446>> Acesso em 12 fev 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017. Biografia. Veneziano Vital do Rêgo Neto. Disponível em <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830710>. Acesso em 30 mar. 2017.

CANIELLO, Gabriela Toralles. O Popstar Paraibano: Análise Da Construção Da Imagem Pública Do Senador Cássio Cunha Lima. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2013.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, Mario. O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios constmporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COSTA, Antonio Albuquerque da. Sucessões e Coexistências do espaço campinense ao meio técnico-científico-informacional: a Feira de Campina Grande na interface desse processo. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas. Recife, 2003.

COURA, Roberto. **A Feira de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Universitária/UFCG, 2007.

COURA, Roberto. **As cores da Feira**. [*Identificar referência*].

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Rau. **Relatos de Campina**. Esperança/PB, 2012. Disponível em <http://www.ihgp.net/rau_ferreira/Relatos_de_Campina_Grande.pdf>. Acesso em 30 abri. 2017.

FGV/CPDOC. Verbete. Severo Fagundes Gomes. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>>. Acesso 28 mar. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFRJ; IPHAN: Rio de Janeiro, 1996.

IPHAN. Carta de Atenas. 1931. **Portal IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em 29 mar. 2017.

IPHAN. Carta de Veneza. 1964. **Portal IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 29 mar. 2017.

IPHAN. Carta de Quito. 1967. **Portal IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em 29 mar. 2017.

IPHAN. Compromisso de Brasília. 1970. **Portal IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> Acesso em 29 mar. 2017.

IPHAN. Compromisso de Salvador. 1971. **Portal IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>> Acesso em 29 mar. 2017.

IPHAN. Lista Bens Registrados por estado – 2017A. **Portal IPHAN**. Lista dos bens Registrados. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20estado%202017%20\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20estado%202017%20(3).pdf)> Acesso em 3 mar. 2017.

IPHAN. Lista Bens Registrados por estado – 2017B. **Portal IPHAN**. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761>> Acesso em 4 abr. 2017.

JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Ed. Typographia do "Jornal do Commercio": 1892.

KOURY, Mauro. A Feira de Campina Grande pelas Lentes de Roberto Coura IN: COURA, Roberto. **A Feira de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Universitária/UFCG, 2007.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira. In: **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, 2009, V. 52 Nº 2. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27320/29092>> Acesso em 24 mar. 2017.

LIMA, Viviane de Oliveira. Aprendendo com a História: o quebra-quilos na construção do imaginário nordestino. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6. Disponível em <<http://docplayer.com.br/12371281-Aprendendo-com-a-historia-o-quebra-quilos-na-construcao-do-imaginario-nordestino-viviane-de-oliveira-lima-1-os-quebra-quilos.html>>. Acesso 1 abr. 2017.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de informação legislativa**, v. 51, n. 204, p. 269-285, out./dez. 2014., 10/2014. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509938/001032358.pdf?sequence=1>> Acesso em 2 mar. 2017.

MURICY, José Alberto Costa. **D-Olho na Feira**. Sebrae: Salvador, 2009.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em 1 abr. 2017.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Sâmala Sonaly de Lima. **Olha o Rapa: os feirantes e as artes do saber fazer o cotidiano na feira central de Campina Grande – PB (1970-1983)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande: UFCG, 2012.

ONU/BR. 2017. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em 29 mar. 2017.

ORTIZ, Renato. A procura da sociologia da prática. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SENADO FEDERAL, 2017A. Senadores. Biografia. José Targino Maranhão. Disponível em <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3361>>. Acesso em 30 mar. 2017.

SENADO FEDERAL, 2017B. Senadores. Biografia. Cássio Rodrigues da Cunha Lima. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5197>>. Acesso em 3 abr. 2017.

SILVA, Valmir Pereira de. **Artes de fazer a feira: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande (CG)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campina Grande: UFCG, 2005.

TCU, 2017. Conheça os Ministros. Vital do Rêgo Filho. Currículo. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A1576F5DD101577106D7183DD1&inline=1>>. Acesso em 30 mar. 2017.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 ago. 2015

